

“COLETIVO”, “ATIVISTA” E “HORIZONTAL”: UMA ANÁLISE DE CATEGORIAS EM USO NO MOVIMENTO SOCIAL CONTEMPORÂNEO

Stephanie Lima¹

RESUMO

Na última década, as mudanças no formato do movimento LGBT favoreceram a emergência de outros tipos de organização e de formas de atuação política, como é o caso do ENUDS. O Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDS) surgiu no ano de 2003 e reúne desde então, em edições anuais, grupos e coletivos que se articulam em torno das temáticas de gênero e sexualidade, consolidando-se como espaço de discussão acadêmica e política. A trajetória do Encontro mostra-nos como que em diferentes contextos históricos são criados modelos de diferenciação e demarcação em relação a certos “outros”. Tais diferenciações se manifestam de inúmeras formas e sua análise orientou-se a partir de determinadas categorias que emergiram no campo. Nesse sentido, categorias como “estudantil/universitário”; “ativista/militante”; “grupo/coletivo”; “institucionalizado/não-institucionalizado” e “horizontalidade” foram evocadas no decorrer das edições, utilizadas pelas organizações e sujeitos que compõem o espaço como meio de diferenciar-se. Com isso, a proposta deste artigo é analisar estas categorias que surgem no campo. Assim, busca-se explorar os processos de diferenciação do ENUDS, que se estruturam, principalmente, no nível geracional, em relação aos três atores sociais de maior relevância neste espaço: i) movimento LGBT; ii) movimento estudantil; iii) a “academia”. Pelo fato de algumas dessas categorias existirem no campo político e no campo científico, para além do ENUDS, seu estudo também possibilitará analisar sua incidência em outros espaços, de modo a trazer uma contribuição de aprofundamento dos conceitos. Por fim, busca-se elucidar quais seriam os modelos de formação e organização do fazer política e fazer-se como sujeito político do ENUDS.

Palavras-chave: movimento social contemporâneo, movimento LGBT, movimento estudantil, academia, ENUDS

“Collective”, “activist” and “horizontal”: an analysis of categories in use in the contemporary social movement

ABSTRACT

In the last decade, changes in the format of the LGBT movement have favored the emergence of other types of organization and forms of political activity, such as ENUDS. The National University Meeting on Sexual Diversity (ENUDS) emerged in 2003 and has since then gathered, in annual editions, groups and collectives that are articulated around the themes of gender and sexuality, consolidating itself as a space for academic and political discussion. The trajectory of the Meeting shows us how in different historical contexts models of differentiation and demarcation are created in relation to certain “others.” Such differentiations are manifested in innumerable ways and their analysis was guided by certain categories that emerged in the field. In this sense, categories as “student / university”; “Activist / militant”; “Group / collective”; “Institutionalized / non-institutionalized” and “horizontality” were evoked in the course of the editions, used by organizations and subjects that compose the scenario as a means of differentiating themselves. Thereby, the proposal of this article is to analyze these categories that appear in the field. Thus, through this analysis, to explore the differentiation processes of ENUDS, which are structured mainly at the generational level, in relation to the three social actors of greater relevance in this space: i) LGBT movement; ii) students movement; iii) the “academy”. Because

1 Mestre em saúde coletiva pelo Instituto de Medicina Social (IMS/UERJ). Doutoranda no programa de pós-graduação em ciências sociais na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu e coordenadora do Grupo de Estudos de Feminismos Negros/UNICAMP. E-mail: lima.p.stephanie@gmail.com

some of these categories exist in the political field and in the scientific field, besides ENUDS, this study will also make it possible to analyze its incidence in other spaces, in order to bring a contribution of deepening of the concepts. Finally, it is sought to elucidate what the models of formation and organization of the political making and becoming a political subject of the ENUDS.

Keywords: contemporary social movement, LGBT movement, students movement, academy, ENUDS

“Colectivo”, “activista” y “horizontal”: un análisis de categorías en uso en el movimiento social contemporáneo

RESUMEN

En la última década, los cambios en el formato del movimiento LGBT favorecieron la emergencia de otros tipos de organización y de formas de actuación política, como es el caso del ENUDS. El Encuentro Nacional Universitario de la Diversidad Sexual (ENUDS) surgió en el año 2003 y reúne desde entonces, en ediciones anuales, grupos y colectivos que se articulan en torno a las temáticas de género y sexualidad, consolidándose como espacio de discusión académica y política. La trayectoria del Encuentro nos muestra cómo en diferentes contextos históricos se crean modelos de diferenciación y demarcación en relación a ciertos “otros”. Tales diferenciaciones se manifiestan de innumerables formas y su análisis se orientó a partir de determinadas categorías que emergieron en el campo. En ese sentido, las categorías como “estudiantil / universitario”; “Activista / militante”; “Grupo / colectivo”; “Institucionalizado / no institucionalizado” y “horizontalidad” fueron evocadas en el transcurso de las ediciones, utilizadas por las organizaciones y sujetos que componen el escenario como medio de diferenciarse. De este modo, la propuesta de este artículo es analizar estas categorías que surgen en el campo. Así, a través de este análisis, explorar los procesos de diferenciación del ENUDS, que se estructuran principalmente en el nivel generacional, en relación a los tres actores sociales de mayor relevancia en este espacio: i) movimiento LGBT; ii) movimiento estudiantil; iii) la “academia”. Por el hecho de que algunas de esas categorías existan en el campo político y en el campo científico, además del ENUDS, su estudio también posibilitará analizar su incidencia en otros espacios, de modo a traer una contribución de profundización de los conceptos. Por último, se busca dilucidar cuáles serían los modelos de formación y organización del hacer política y hacerse como sujeto político del ENUDS.

Palabras clave: movimiento social contemporáneo, movimiento LGBT, movimiento estudiantil, academia, ENUDS

Introdução

O presente artigo busca trazer à tona, de forma sintetizada, algumas das análises realizadas em pesquisa de mestrado, entre os anos 2013 e 2015, a qual centrou-se na descrição da trajetória do Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDS)² e na análise das

transformações dos sujeitos que o constroem e compõem. O ENUDS é um encontro itinerante e anual que surgiu em 2003 após uma acusação à União Nacional dos Estudantes (UNE) de negligenciar as demandas e necessidades dos alunos GLBTs³. Em 2006, além de contar com o maior número de participantes de todas as edições até aquele momento (aproximadamente

2 A partir das discussões travadas na XII edição, em 2014, o encontro passa a se denominar ENUDSG – Encontro Nacional em Universidades sobre Diversidade Sexual e Gênero. Entretanto, utilizo a denominação anterior ENUDS – Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual uma vez que esta é a nomenclatura utilizada na maior parte do período analisado. Não consta na dissertação e neste trabalho análises acerca das duas últimas edições, realizadas em 2015 e 2016, respectivamente. Vale ressaltar, que nestas edições os debates acerca das relações de raça, gênero e sexualidade se intensificaram. Para uma análise deste momento mais recente do Encontro, ver: Lima, 2017b.

3 Utilizo GLBT como referência aos acontecimentos anteriores ao ano de 2008, visto que a partir da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada naquele ano em Brasília, foi acordada a mudança de ordem das letras “G” e “L” na sigla, estabelecendo a referência LGBT, e não mais GLBT, supostamente para uma maior visibilidade do movimento lésbico (BRASIL, 2008).

150 pessoas), estiveram presentes, pela primeira vez, nomes “acadêmicos”⁴ e pessoas que discutiam sobre o movimento GLBT e outros movimentos sociais. Nas oito edições seguintes, houve um crescimento contínuo no número de “coletivos” e de participantes (variando entre 450 a 700) nos eventos. O ENUDS reuniu desde então, em edições anuais, “grupos” e “coletivos” que se articulam em torno das temáticas de gênero e sexualidade, consolidando-se como espaço de discussão “acadêmica” e “política”.

Posto isso, a proposta deste artigo é analisar algumas categorias que emergem no campo, como “grupo/coletivo”, “ativista/militante”, “institucionalizado/não-institucionalizado” e “horizontalidade”. Assim, através desta análise, busco explorar os processos de diferenciação do ENUDS - que se estruturam, principalmente, no nível geracional - em relação aos três atores sociais de maior relevância neste espaço: i) movimento LGBT; ii) movimento estudantil; iii) a “academia”.

Seguir as categorias que surgem no ENUDS é o caminho escolhido para compreender este campo empírico, que ora se apresenta como “estudantil”, ora como “militante”, ora como “acadêmico” ou mesmo como certa mistura de todas estas categorias. Pelo fato de algumas dessas categorias existirem no campo político e no campo científico, para além do ENUDS, seu estudo também possibilita analisar sua incidência em outros espaços, de modo a trazer uma contribuição para o aprofundamento dos conceitos. Por fim, busca-se elucidar quais seriam os modelos de formação e organização do fazer política e fazer-se como sujeito político do ENUDS.

“Institucionalizado x não-institucionalizado”: a primeira diferenciação do ENUDS

Na última década, as mudanças no formato do movimento LGBT favoreceram a emergência de outros tipos de organização e de formas de atuação política (AGUIÃO, 2014; FACCHINI et.al., 2013). O resgate dessas questões, amplamente discutidas nos estudos sobre direitos e políticas sexuais, contribui para a melhor compreensão do processo contínuo de criação e recriação de formas de organização e variações do movimento, como é o caso do ENUDS.

Como vimos, o ENUDS surge de uma crítica ao movimento estudantil, mas também do questionamento desse processo de institucionalização pelo qual o movimento LGBT estava passando. Neste sentido, a trajetória do Encontro atravessa os três períodos significativos da história recente do movimento LGBT: 1) o momento de auge de institucionalização do movimento, em 2004 e 2008⁵; 2) o processo de “crise das ONGs”, como consequência de uma mudança na figura e imagem do Brasil em âmbito internacional e de tensões domésticas no Governo em 2005⁶; e 3) o revés do diálogo aberto com o governo através do processo de institucionalização, com o veto ao projeto Escola sem Homofobia⁷, em 2011.

Em síntese, percebe-se que há uma modificação na forma de organização política do movimento LGBT, em que a estrutura do terceiro setor, impulsionado pela redemocratização e pela aproximação com o Estado (FACCHINI, 2005), favorece a constituição de distintas identidades a partir das respostas a questões como “quem sou?” e “do que preciso?” enquanto “sujeito de direito”. Não obstante, o ENUDS reuniu diferentes grupos e coletivos, mas também gerações de militantes que foram ou ainda são formadas nesses espaços.

Em entrevista, Vinicius⁸, que participou da organização do IX ENUDS e compunha o quadro diretor da ABGLT⁹, faz uma leitura sobre o contexto histórico do movimento LGBT no final dos anos 90. Relata ainda as “mudanças”

4 Como se verá ao longo do artigo, as fronteiras entre as esferas da academia e da política são negociadas o tempo todo e expressões como “acadêmico”, “militante”, “ativista”, etc., utilizadas constantemente pelos sujeitos da pesquisa para posicionarem a si e aos outros. Para não sobrecarregar o texto com aspas, elas em geral não serão utilizadas, embora tais termos/expressões devam ser lidas como estando sob rasura ao longo de todo trabalho.

5 AGUIÃO, 2014.

6 Para uma análise desse momento e seus impactos nas Organizações Não Governamentais, ver: Grun, 2011; Braga, 2012.

7 LEITE, 2014.

que a ABGLT vem enfrentando nos últimos anos, sendo uma delas o desejo de incorporação dos grupos e coletivos universitários:

O movimento LGBT no início dos anos 2000 ainda refletia muito o formato e a filosofia neoliberal dos governos dos anos 90, especialmente a ABGLT, que era até a última assembleia estatuinte [2012], muito recentemente, uma organização de CNPJ, que não necessariamente refletia uma articulação de organizações que lutam pela cidadania LGBT. Hoje, a ABGLT está imbricada em várias lutas (...) tem uma atualização política muito importante no discurso da entidade. Acho que nós estamos abrindo esse novo processo na ABGLT, acho que tem um ambiente muito favorável aos coletivos universitários que se constituíram no ENUDS de estarem na ABGLT (Vinicius, entrevista em 20/01/2015, grifos da autora).

O ENUDS, em sua origem, trazia como pauta específica a luta contra a homofobia no movimento estudantil, acusado de considerar essa pauta “menor” dentre as outras “mais amplas” propostas por esse movimento. Contudo, já na segunda edição, ainda no processo de sua formação, consolida-se como um lugar para debates sobre políticas públicas e formação para jovens que estavam na universidade e tinham interesse de discutir sobre “diversidade sexual”.

O fato de o Encontro se constituir em oposição ao movimento estudantil fez com que desejos de diferenciação aparecessem. O ENUDS enxergava este movimento como “institucionalizado”, “hierárquico” e “partidarizado”; e isto fez com que o Encontro se tornasse um espaço de negação destes aspectos. Com isso, o ENUDS, através dos grupos e coletivos que o compõem,

constrói-se por meio da diferenciação em relação ao movimento estudantil e ao movimento LGBT. Desse modo, mesmo como contraponto, tais atores vão interferir em todo processo de organização do Encontro, sendo constantes as trocas de acusação.

O processo de formação do ENUDS culminou na sua consolidação como espaço político com diversas características. Conforme Mariana¹⁰ afirmou, “o ENUDS não é um movimento social”, pois não se configura como espaço “institucionalizado” e “não possui uma agenda política formal”. Aqui, “institucionalizado” aparece como categoria de acusação, relacionada ao movimento estudantil e LGBT, entendidos como instâncias com regimentos, com dinâmica e ordem pré-estabelecidas, com regulamentações para os coletivos e grupos que deles participam, com resoluções e “obrigações” para cada um. Assim, a institucionalização, como lida no campo, não está relacionada simplesmente a um diálogo (ou não) com o que se imagina ser “o Estado”, mas sim como elemento que mantém deliberações e organização política próximas ao modelo do movimento LGBT e estudantil.

Segundo Mariana, grande parte dos participantes entende que não há uma diretriz consolidada para a atuação dos grupos e coletivos que constituem o evento, o que caracterizaria o ENUDS como “não institucionalizado” e mais “fluido”:

Eu acho que o ENUDS acaba reunindo um número maior de pessoas que atuam de forma atomizada. Cada coletivo tem uma forma de atuação [...]. Como tem outros movimentos sociais, daria o caráter de movimento social, [mas] que hoje os coletivos são coletivos, não são movimento social. São parte do

8 Os nomes foram mantidos a pedido das(os) entrevistadas(os). Vinicius Alves foi organizador da VII e IX edições, além de ter participado da VIII e X edições. No momento da entrevista, ele se apresentou como militante do Coletivo KIU! da Universidade Federal da Bahia (UFBA) desde 2007, representando o Coletivo como vice-presidente do Conselho Estadual da Bahia, e, na Diretoria executiva da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). Além disso, colocou-se como filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) e coordenador, junto com Keila Simpson (vice-presidente da ABGLT), o Centro de Promoção e Direitos LGBT de Salvador, além de também representar a ABABGLT no Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e no Conselho Nacional LGBT.

9 A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) foi criada em 1995 e, até o momento, é considerada a maior associação LGBT da América Latina, com mais de 200 organizações associadas.

10 Mariana Oliveira participou do ENUDS entre a V e a X edição. Também, na época, participava de espaços de vivência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, no momento da entrevista, é do partido Consulta Popular e da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), além de mestre pela UFRRJ.

movimento social, mas eu acho que não atuam como os movimentos sociais [...] Acho que falta se encontrar e acho que falta um espaço nacional que dê possibilidade pra esses coletivos construírem em conjunto uma agenda política, pensar ações em conjunto, porque eu acho que isso é que dá o caráter de movimento social. [...] *Agora, um espaço de articulação real, em nível nacional, ele ainda não cumpre. O ENUDS não dá essa brecha pra gente visualizar nele um espaço também de movimento social, acaba que ele ficou muito restrito ao cenário da academia.* (Mariana, entrevista em 14/05/14, grifos da autora).

Em entrevista, Mariana justifica, ainda, o porquê desta dificuldade:

A construção é muito atomizada, acaba que para um grupo pegar o histórico do ENUDS é muito difícil, um grupo que pega para sediar o encontro. Você não consegue ter essa dimensão porque os grupos atuam de forma mais isolada. [...] Eu acho que muito da história se perde, muito da construção política se perde. Isso de aprender com os erros, que é característica importante de um movimento social que se propõe a transformar a sociedade é importantíssimo. [...] Aí acaba que o ENUDS, por ser um encontro, não é um movimento social – não é um movimento social, é só um encontro –, então não dá nenhuma diretriz para a atuação dos coletivos [...]. Eu acho que tem essa característica mais fluída. E de uma atuação centrada no encontro. Então acaba que não é um espaço que prepara e organiza os coletivos para uma atuação mais incisiva. (...) *Não é um encontro do movimento social universitário, é um encontro universitário só* (Mariana, entrevista em 14/05/14, grifos da autora).

A trajetória do ENUDS, durante as doze edições analisadas na dissertação, apresentou diferentes momentos e diferentes leituras sobre a natureza desse espaço e de seus sujeitos na relação com os outros movimentos. Na negação da “institucionalização”, conforme aparece nas entrevistas, percebe-se o desejo de diferenciação

com o modelo usado pelo movimento estudantil. Assim, ao longo da construção do Encontro, “não institucionalizado” serviu também como modo de distinção, por meio da crítica ao diálogo que o movimento LGBT estabelece com o governo. Esse posicionamento, que passa a ocorrer dentro dos Encontros, proveniente de grupos e coletivos que o compõem, faz parte de uma estratégia de acusação que aparece também em outros espaços, como o próprio movimento LGBT. Como observam Aguião et al. ao descreverem o movimento:

De outro lado, posicionam-se aqueles que acusam as pessoas e redes que mantêm uma relação mais estreita com esferas de governo de “cooptados”, “vendidos”, “pelegos”, pois aceitariam passivamente as negociações nos termos em que o governo oferece e não cobrariam com a devida ênfase as falhas e faltas da gestão governamental. Alguns desses conflitos ecoam disputas persistentes entre atores do movimento e suas afiliações particulares a diferentes partidos. Essa é uma crítica que incide particularmente sobre os atores e organizações do movimento social que ocupam cadeiras em alguns Conselhos e sofrem a acusação de estarem “aparelhados” por questões político-partidárias que os levariam a silenciar sobre ações ou resoluções contrárias aos interesses do governo. (AGUIÃO et al., 2014, p. 258)

Assim, a ausência de uma agenda política, que seria marca de um movimento social, é utilizada como forma de defesa e contraposição. Para alguns enudianos¹¹, conforme aparece na entrevista de Mariana, a ausência de uma agenda é apontada criticamente. Para ela, isso faz com que o ENUDS não consiga “interferir de fato nas pautas que acredita”. Por outro lado, a ausência de uma agenda é defendida como uma forma de evitar que o Encontro se torne um espaço do movimento estudantil ou do movimento LGBT, com os conflitos de legitimidade envolvendo pautas e com disputas políticas, vistos como aspectos negativos desses movimentos.

11 O termo “enudiano” é utilizado nos espaços e nos textos (atas, plenárias, etc.) dos Encontros. A partir do VIII ENUDS (2010), o termo começa a aparecer, também, como “enudianx” ou “enudian@”. Neste artigo será usado “enudiano” para referência aos participantes do Encontro.

A defesa do pilar da “não-institucionalidade” dá ao ENUDS, sob a ótica dos próprios enudianos, o caráter não de um movimento, mas de um espaço de formação onde jovens universitários “vão aprender e apreender experiências”, “viver a liberdade” e “compartilhar histórias”. Para alguns, o retorno às suas universidades é, ainda, um processo continuado de “vivência” do Encontro, o que os leva a criarem seus próprios grupos e coletivos. Como diz Vinicius:

O ENUDS não tem uma agenda política, tem várias. Depende de cada coletivo. Tem coletivos que vão ao ENUDS beber da fonte dos debates que lá acontecem para organizar a sua agenda política, tem coletivos que organizam a sua agenda política a partir de outros elementos [...]. Acho que os outros coletivos que tem uma leitura similar do papel que cumpre, como o KIU! tem, fazem também algo similar, participam de fóruns, tem núcleos de pesquisas que dirigem outros fóruns também, tem coletivos que estão compondo movimentos em outros estados, certamente as agendas de lutas são parte disso aí, pra esses coletivos. *O ENUDS termina sendo o espaço de não só levar a nossa experiência e a nossa leitura de mundo, mas também um espaço de troca intensa, o ENUDS é onde tem a possibilidade de se encontrar e debater coisas.* (Vinicius, entrevista em 20/01/2015, grifos da autora).

O esforço de diferenciação do ENUDS se amplia em outros âmbitos, quando o compreendemos como espaço de formação. Assim sendo, além de ser um espaço formativo, o Encontro também apresenta a preocupação de levar o debate sobre “diversidade sexual” para o interior do país a fim de trabalhá-lo na base dos grupos e coletivos. Nesse sentido, vê-se que o ENUDS se articula a fim de visibilizar e levar a discussão da “diversidade sexual” para o cotidiano das universidades e das regiões onde as mesmas se encontram. Para esse processo de “visibilidade”, promovem-se atos públicos e, também, constroem-se vínculos com professores e pesquisadores, de modo a desenvolver projetos para criação de núcleos de pesquisa. Conforme Mariana descreve:

O ENUDS dessas universidades mais afastadas tem um pouco desse caráter de levar a discussão. De visibilizar mais do que levar. [...] Também de ser um espaço para abrir caminhos nas universidades, de chegar com esse projeto do ENUDS e já com a proposta de articular com professores, articular para a criação de núcleos de pesquisa. [...] Visibilizar essa discussão não só na universidade, mas em toda a região, porque tem o ato do ENUDS e acaba que a cidade inteira fica sabendo, quando é uma cidade mais pra dentro, e não está no centro do debate. O ENUDS [deve] ser um espaço para construir esses vínculos institucionais. (Mariana, entrevista em 14/05/14).

Assim, percebe-se que o ENUDS se constrói a partir da diferença – neste caso, com o movimento estudantil –, pelo afastamento das disputas partidárias e de seu modelo de organização, visto como “institucionalizado”; e com o movimento LGBT, por sua abertura a “dialogar com o Estado”. Assim, a construção a partir da negação – o “não-institucionalizado”, o “não ser movimento”, o “não dialogar com o Estado” – faz com que o ENUDS seja lido como um espaço de formação. Talvez por isso, os espaços dos ENUDS tendem a se abrir para a presença de identidades que estão além das consagradas na “sopa de letrinhas”, como “intersexuais”, “não-binários”, “queers”, “transgente” ou qualquer pessoa que se considere “diverso”¹².

Deste modo, ser um encontro formativo possibilita reunir diferentes formas de organização, sujeitos e debates políticos e acadêmicos. Assim, por exemplo, o grupo “Identidade – Grupo de Luta Pela Diversidade Sexual”, que organizou o ENUDS em 2010, em Campinas/SP, é uma ONG, mas nega o conceito e o modelo do que é ser esse tipo de organização; nega, pois, o modelo de fazer política como ONG. O grupo Identidade, portanto, aproxima-se do ENUDS como um lugar possível de discutir e fazer política da forma como deseja. Conforme texto retirado da página da organização na internet, eles se descrevem:

Juridicamente, o Identidade é uma ONG, *mas nos*

12 Nesse texto, não desenvolverei a questão da autodenominação, mas, para melhor esclarecimento sobre o tema, vide Carrara; Simões, 2007; Heilborn, 1996; Butler, 2003.

últimos anos, tem atuado fundamentalmente como movimento social, contrário à atuação exclusiva por meio de projetos financiados pelos governos que oneram e prejudicam as organizações. Além disso, o Identidade entende que é papel do Estado a realização de ações que são habitualmente entregues às organizações não-governamentais.¹³

Ademais, com relação ao movimento LGBT, a “não institucionalização” – como base de diferenciação – aparece no sentido geracional. O termo acusatório de “institucionalizado” aparece no campo do ENUDS como meio de marcação geracional de dois lugares: um, mais antigo, que observaria o modo de fazer política baseada no diálogo com o governo, políticas públicas e a conquista de direitos civis; e outro, protagonizado por “jovens”, que observa o diálogo mais intenso entre a academia e o movimento social como agente mais ativo para atuação política.

A diferenciação de outras categorias: “ativista/militante”, “grupo/coletivo” e “horizontalidade”

O ENUDS é um campo no qual diferentes categorias aparecem de modo a demarcar a sua reivindicada diferenciação e relação, principalmente, ao movimento LGBT (em um sentido geracional) e o movimento estudantil (também geracional, mas no âmbito organizacional). Assim, categorias como “novo” (no sentido de singular, atual ou diverso) ou “militante” se manifestam na dinâmica dos sujeitos ali participantes. Neste último caso, por exemplo, o ENUDS é visto como um espaço diferente de formação militante, com alguns traços (a “fechação”, como ato político, e a “pegação”, como agente mais importante para a vivência)¹⁴ que o aproxima ao que acontecia no grupo SOMOS¹⁵, que também se apresentava

como espaço para formação de uma identidade homossexual e uma identidade militante.

Distante da ideia de pensar o ENUDS como um Encontro de uma “nova militância” ou uma “nova forma”, ou qualquer outra designação que marcaria um “novo” momento do movimento, considero aqui que ele é um espaço que compõe o campo político LGBT, mas que se diferencia geracionalmente do movimento mais amplo, por se entender como um “lugar de experiência”. A compreensão de um espaço de “vivências” e “experiências”, para jovens LGBTs universitários, norteia a ideia de que o ENUDS se constrói por meio de diferença organizacional com o movimento estudantil, isto é, a distinção de uma geração que compreende o fazer político dentro da universidade de outra forma, ou seja, uma formação política a partir da experiência.

Isto posto, o ENUDS se vê como constituído pela confluência de três eixos: o movimento estudantil, o movimento LGBT e a academia (professores e grupos de pesquisa). A relação com os dois primeiros planos se estabelece adversamente, sob o sentido de diferenciação. Negar ser igual ao movimento LGBT e negar, em certa medida, ser um movimento estudantil desenvolvem certas categorias dentro deste campo empírico de modo a marcar essa diferença.

A primeira categoria que destaco se localiza ainda no processo de formação do ENUDS: “universitário”, em contraposição a “estudantil”. Aqui, a categoria “estudantil” é negada por fazer referência ao movimento estudantil, que desde a segunda edição do Encontro passou a ser rejeitado em sua totalidade. Em outras palavras, apesar de o ENUDS surgir com a perspectiva de lutar contra homofobia na universidade e nos espaços do movimento estudantil, as primeiras tensões com partidos de esquerda, já no I e III Encontros, – com o PSTU e o PSOL¹⁶, respectivamente – fazem com que o ENUDS deseje se caracterizar de outra forma e negue essa

13 Disponível em: <http://identidade.org.br/blog2/?page_id=9>. Acesso em: 03 maio 2014.

14 Categorias como “experiência” e “vivência” apareceram como central no campo e foram exploradas no decorrer da pesquisa, para mais ver: Lima, 2016; 2017a.

15 O Somos (Grupo de Afirmação Homossexual) surge em 1979, em São Paulo. O Grupo consolidou o movimento homossexual (MH) como interlocutor na discussão sobre o tema da homossexualidade (MACRAE, 1990).

16 Em geral, no contexto, os partidos que eram lidos como de esquerda eram: o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).

disputa partidária, característica do movimento estudantil. Assim, o esforço de se afirmar como um espaço suprapartidário e, posteriormente, a aproximação com grupos de pesquisa (colocado no campo como “academia”) dão ao Encontro o entendimento de ser um espaço de formação não “estudantil”, mas sim “universitário”.

Por conseguinte, apesar de o nome do Encontro já trazer a categoria “universitário”, é somente a partir do afastamento com o movimento estudantil que ela passa a ser mais utilizada como forma de diferenciação. Logo, afirmando não ser um encontro “estudantil”, o ENUDS tentou se distinguir do movimento estudantil com relação ao seu formato, às disputas políticas e às organizações de agenda. “Universitário” marca ainda a característica de espaço formativo que o ENUDS pretende ser enquanto evento, isto é, um encontro para “trocas de debates políticos e acadêmicos entre alunos da universidade”, que gostariam de discutir sobre o tema da “diversidade sexual” ou simplesmente de “viver essa experiência”.

Segundo Rebeca¹⁷, o desejo de diferenciar-se do movimento estudantil leva ao ENUDS uma ausência de “encaminhamentos políticos”, visto por ela como negativo, o que, em certa medida, tornaria o Encontro “sem sentido político”:

Eu acho que costumeiramente, ninguém percebe que isso pode se transformar em um problema futuro, das pessoas não quererem participar, por não ter uma construção anualmente, para além da construção do evento. De intervenção na rua, de intervenção na disputa do debate. Então, a partir de cada ENUDS, não tem muita mudança em torno desse debate (...) [as pessoas] vem aqui como um mero participante que pagou o valor da inscrição que quer assistir suas mesas e apresentar o seu trabalho, fazer “pegação”, conhecer a cidade e voltar para o seu estado (Rebeca, entrevista em 13/12/2014).

Em outro ponto, como observado em outros estudos sobre movimentos sociais, as categorias “ativista” e “militante” aparecem de diferentes formas no campo. Durante uma roda de apresentação num dos espaços do ENUDS, em 2014, um integrante do Diversitas (grupo de diversidade da UFF/RJ), ao ser questionado por um participante que estava ali pela primeira vez sobre a diferença entre “militante” e “ativista”, responde: “o militante é o sujeito que organiza sua vida e atuação política em conjunto com outras pessoas, já o ativista realiza sua vida política individualmente”. Logo após, ele exemplificou: “por exemplo, nós somos militantes, eu que atuo no Diversitas; já o João Nery é ativista”. Os outros que estavam na sala concordaram com essa afirmação e ele concluiu dizendo que essa diferenciação não é valorativa, mas sim “apenas uma forma diferente de atuar politicamente”.

Além desse momento, também pude perceber durante o trabalho de campo que se auto-referir como “militante” era comum aos sujeitos que faziam parte de algum grupo ou coletivo, em contraste com a auto-referência ou a referência a pessoas que atuavam politicamente através da Internet por meio de blogs, páginas e grupos do Facebook, que, nestes casos, seriam “ativistas”. Apesar de durante esta fala ter sido acionada a equivalência entre essas duas formas de atuação política, o sentimento de fazer política em “grupo” ou “coletivo” é considerado algo mais difícil e complexo, por conta das diferenças de opiniões dos integrantes e também por ser uma “melhor forma para troca e aprendizado”.

Nesse sentido, valoriza-se como uma atuação mais “política” a dos que se organizam em grupo, ou seja, os “militantes”, em relação àquela dos “politicamente sozinhos”, os “ativistas”, apesar da presença dessas duas “formas” nos espaços do ENUDS. Acredito que a valorização da forma de atuação política em grupo está na defesa de uma

17 Rebeca Benevides, no momento da entrevista, é estudante de graduação em História na UFBA, participou da IX, X e XII edições. Começou sua militância no movimento estudantil em 2010, entrando em 2011 para o KIU!. Também, compõe o Coletivo Kilombo (BA). É a Diretora de Assistência Estudantil da União Estadual dos Estudantes da Bahia (UEB) e filiada ao PT desde 2012.

18 João Nery é um escritor que através da publicação da sua autobiografia “Viagem Solitária - Memórias de um transexual 30 anos depois”, em 2011, tornou-se referência no movimento de homens-trans.

19 Retirado do caderno de campo (12/08/14).

“forma” de organização “coletiva” e, também, na noção de “coletividade”, que se torna base do Encontro no decorrer das edições. Fazer política de forma “coletiva” torna-se com o tempo um princípio a ser defendido para além do Encontro, ou seja, pelos grupos e coletivos que o compõem. Assim, essa noção de “coletividade” cria uma outra forma de diferenciação: o “coletivo” e não mais o “grupo”.

A categoria “coletivo” passa a existir no Encontro por meio do embate com a noção de “grupo”. Segundo o histórico do ENUDS, percebe-se que, em seu início, o nome utilizado era “grupo de diversidade sexual”. Nas primeiras edições, o termo “grupo” era empregado em geral por quem organizava o evento e dele participava. Destacam-se entre eles o Grupo Prisma (USP/SP), Grupo Colcha de Retalhos (UFG/GO), Grupo Plur@l (UFES/ES) e ainda os que não possuíam o termo no nome, mas que o adicionavam ao falar, como, por exemplo, (grupo) Diversidade (UNICAMP/SP), (grupo) Diversitas, (grupo) Kiu! (UFBA/BA). Porém, no decorrer das edições, diversas organizações começam a se inserir e a participar do evento, de tal modo que antigos “grupos” mudam sua denominação para “coletivos”.

Segundo uma relatoria, na lista de participantes do Pré-ENUDS realizado em 2005, para a organização da III Edição, há, além dos nomes dos presentes, a entidade que representavam – naquele momento, Grupo Prima (USP), Diversidade (UFF), Arrecifes (UFPE), GDN²⁰ (Niterói/RJ), Cellos (MG), PT (Niterói/RJ), APOGLBT²¹ (SP) –, ou apenas o nome da universidade de cada um. Isso mostra que o uso do termo era recorrente, mas também que, na época, não havia ainda grupos/coletivos de “diversidade” em todas as universidades. Mesmo que inexistas estimativas sobre seu número exato naquele período, hoje, em grande medida devido ao próprio crescimento do ENUDS, quase todos os Estados federativos possuem, em suas universidades, um “grupo” ou “coletivo” de “diversidade sexual”. Rebeca afirma:

Eu acho que a participação das pessoas, ela reverbera

quando voltam para a universidade e as pessoas sabem que existe o ENUDS (...) se a gente for pegar para analisar quantos coletivos surgiram desde a construção do ENUDS, a gente vai conseguir ver que já temos muitos, talvez arriscaria dizer que se a gente tem 26 estados, a gente teria por baixo, entre 20 a 40 coletivos, porque na região sudeste tem um acréscimo maior, do que por exemplo, no Norte, ou seja, o que não tem no Norte, tem em dobro no Sudeste, e o Nordeste também tem uma participação muito importante, principalmente os grandes estados, como Bahia, Pernambuco e Ceará (Rebeca, entrevista em 13/12/2014).

O termo “coletivo” começa a se inserir nos espaços do ENUDS entre a VII e VIII edições (2009 e 2010, respectivamente). Apesar de pontualmente alguns já se denominarem como “coletivos”, é a partir desses anos que quase a totalidade dos “grupos de diversidade sexual” nas universidades receberá o nome de “coletivo”. Assim, a primeira vez que o termo aparece no nome de uma Comissão Organizadora foi em 2013 com o Coletivo Leque (UFPR/PR). Posteriormente, em 2014, na XII Edição, o termo aparece também na CO, com o Coletivo Divergen (UFERSA/RN).

O objetivo de se diferenciar do modelo vigente do movimento LGBT se acentuou principalmente depois de 2008, por ocasião da I Conferência Nacional GLBT. Pessoas que participavam do ENUDS (e dos grupos que o formam) compareceram à Conferência e construíram uma percepção negativa de como o movimento estava dialogando com o governo e as políticas públicas (LIMA, 2016). Instigados após esta Conferência e com o início da retração do movimento LGBT, a partir de 2010, a intenção de se diferenciar do formato deste movimento se incorpora ainda mais no ENUDS. Assim, as acusações de que o movimento LGBT seria “cooptado”, “institucionalizado”, além de “hierárquico” e avesso ao diálogo, fincarão as bases da percepção sobre a diferença entre o Encontro e o movimento.

Assim, a noção de “coletivo” se insere para

20 GDN ou Grupo de Diversidade de Niterói é uma ONG que foi criada em 2004 e compõe o quadro de filiadas da ABGLT.

21 Associação da Parada do Orgulho GLBT.

designar o lugar de diálogo entre os integrantes; um diálogo que se faria “coletivamente” e “horizontalmente”. O significado de uma “construção coletiva” é atribuído ao termo, que passa a substituir o nome de antigos grupos como meio de negação do tipo de relação que o movimento LGBT mantinha com agências governamentais, ocupando Conselhos, Conferências, ou seja, como um movimento que habita as esferas de Participação Social. Neste caso, não só se critica²² um diálogo hierárquico e desigual entre o movimento e o Estado, mas a relação entre o movimento e suas “bases”, que passam a ser “silenciadas”.

Durante uma roda de conversa nomeada “Juventude LGBT”, no Congresso da ABGLT de 2014, em Niterói/RJ, um integrante afirmou que “coletivos são formas contemporâneas de organização”. Dentro do ENUDS, em consonância, a utilização – agora quase geral de “coletivo”, ao invés de “grupo” – é compreendida como a emergência de uma categoria cujo significado remeteria a um espaço politicamente mais “horizontal” (não há delegação e representação formal) e “não institucionalizado” (segundo o viés comparativo com o movimento LGBT e o movimento estudantil).

Vale ressaltar que a categoria “coletivo” começa a ser empregada até mesmo por grupos que estão vinculados simultaneamente aos movimentos LGBT e estudantil, como, por exemplo, o KIU! e o Divergen – que compunham o Diretório Central dos Estudantes (DCE) das suas universidades à época. Assim, a categoria se apresenta mais como um ideal de “construção coletiva” marcadamente positiva e objetivada, do que uma forma de fazer política distinta dos “grupos” ou de outras organizações. Isto é, ao mesmo tempo em que a noção de “coletivo” serve para marcar alguns espaços como “horizontais”, o termo é usado por outros como uma forma de pensar o diálogo entre os seus integrantes, visto como “coletivo” mesmo com a presença de coordenações e presidência.

Dessa forma, antigos “grupos” e espaços, que poderiam ser lidos como “não-horizontais” por possuírem organização de coordenadorias,

presidência e setores, passam também a utilizar a categoria “coletivo”. Consequentemente, o termo coletivo sofre uma expansão, mais sob um desejo de “vir a ser” do que por serem “de fato” espaços em que decisões são tomadas “por todos”.

A fim de exemplificar e demonstrar brevemente como os termos “grupo” e “coletivo” convivem no campo, pontuarei aqui os nomes das organizações que aparecem na relatoria da Plenária Final do XII ENUDS, em 2014:

LISTA DE COLETIVOS LGBT: Além do Arco-íris – PE; Coletivo Camaleão – RS; Toda Forma – PE; Movimento Zoada – PE; Maraxis – MA; Diversitas – RJ; Difundindo Cores – PR; Quilombo Purpura – AL; Pontes – RJ; Uni diversidade – GO; Fluidez – GO; Triângulo Rosa – GO; Libertárias – GO; Ateliê Igualdade de Gênero – GO; Primeiro Coletivo PUC – GO; Frente LGBT da USP – SP; Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria – PB; Grupo de Gênero e Sexualidade – PR; Juntos – CE; Orgasmo Coletivo – ES; Coletivo Resistência – MG; Gozze – SC; Subversiva – PR; Primavera nos dentes – MG; Divergen – RN. (ENUDS, 2014)

Como vimos, na primeira parte deste artigo, outra categoria que aparece no Encontro, ainda com o intuito de marcar diferença, é o termo “não-institucionalizado”. A fim de retomá-lo, é necessário chamar atenção, uma vez mais, para aquilo que o ENUDS entende por “institucionalizado”, marcando esse antagonismo como diretriz de diferenciação.

No campo, “institucionalizado” quer dizer manter uma aproximação com o Estado e fazer política em diálogo com o mesmo. Além disso, institucionalização se refere à esfera da burocracia, dos regimentos e “obrigações”. Em suma, a expressão “institucionalizado” apresenta-se como forma de se referir não a qualquer relação com o “Estado”, pois, em certa medida, a universidade é vista no campo em conjunto com o que se “imagina de Estado”, mas sim como categoria de acusação relativa a uma certa relação com o Estado baseada na ideia de participação social.

Por conseguinte, assim como a noção de

22 Essa noção de crítica às organizações que estão nos espaços de Participação, aparece na sessão de “movimento LGBT” escrita por Sílvia Aguião, Adriana Vianna e Análisse Gutterres, no livro organizado por Heredia e Leite Lopes (2014).

“coletivo”, a categoria “não-institucionalizado” serve para diferenciar, mas, principalmente, para qualificar o que passa a ser visto como negativo. Assim a “institucionalização” vira sinônimo de “cooptação”, termo que aparece constantemente para acusar atores que ocupam posições em conselhos, comitês e conferências. Nesse sentido, a categoria “institucionalizado”, como categoria de acusação e diferenciação no campo, serve em duas frentes. A primeira é com relação ao movimento LGBT, quando se diz ser “não-institucionalizado” por não dialogar com o Estado da maneira que o movimento o faz. Nesse caso, cria-se um imaginário sobre o Estado, tratando a universidade como “não Estado”. A segunda frente, com relação ao movimento estudantil, quando se diz que não se tem regimento, que não há partidarização e encaminhamento para orientar os grupos que frequentam o ENUDS. Como ouvi de um enudiano: “não é um problema dialogar com o Estado ou com partidos políticos, o problema é como o movimento [LGBT] tá fazendo e como o movimento estudantil faz”²³.

Entretanto, cabe pensar sobre o diálogo que o Encontro faz com agências financiadoras que fazem parte de setores do Estado, como ministérios e secretarias, ainda que considere a universidade como um espaço “menos estatal”. Este contato não é visto como um “diálogo” equivalente ao que faz o movimento LGBT, mas sim como uma necessidade e, até certo ponto, como um “direito” de receber o financiamento.

Por fim, outra categoria importante para compreendermos a “singularidade” do ENUDS segundo os participantes é a de “horizontalidade”. Ela surge em oposição à suposta hierarquia estabelecida no formato dos movimentos LGBT

e estudantil. É, assim, também uma noção de diferenciação: com relação ao movimento LGBT, cujo caráter hierárquico por seu modelo de ONG – visto como não dialogável e que só serve para arrecadar dinheiro; já com o movimento estudantil, pelas instâncias que o organizam, como DCE, Centro acadêmico (CA), presidência, UNE, secretaria, etc.

A noção de “horizontalidade” no ENUDS está atrelada à noção de “coletivo”, ou seja, a “horizontalidade” é a base da construção do Encontro, apesar da existência de instâncias como Comissão Organizadora (CO) e Comissão Nacional (CN)²⁴. Os momentos de preparação do Encontro, inclusive, são pensados para que o Encontro seja mais “horizontal” e “coletivo”. Entretanto, algumas deliberações se concentram sob a responsabilidade da CO. Em razão de o ENUDS ser um encontro marcado e delimitado por um tempo, a defesa e a prática da “horizontalidade” ficam nos limites do processo de organização, isto é, do processo do qual participam a CO e a CN, e não envolve o grupo total de participantes. Portanto, vê-se que a “horizontalidade” é mais uma marcação de diferença do que um princípio que perpassa todo o evento.

Todavia, esses processos de diferenciação refletem no significado do ENUDS como uma movimentação de jovens, com uma delimitação geracional, seja na relação com o movimento LGBT, seja, em certa medida, com pessoas do próprio Encontro, como por exemplo, as que se organizam em torno de “grupos” e não de “coletivos”.²⁵ Mas, longe da impressão de que a demarcação da diferença é um meio de abandonar os debates suscitados por esses

23 Retirado do caderno de campo (14/12/15).

24 A Comissão Nacional e Comissão Organizadora são formadas uma a nível nacional e outra com os grupos e coletivos da universidade sede, respectivamente, a cada Edição e são responsáveis pela organização e programação do evento. Ver: LIMA, 2016.

25 O artigo escrito por Regina Novaes e Rosilene Alvim, no livro acerca da Participação, analisa a categoria “jovens” em diferentes espaços políticos. Essa categoria seria, segundo as autoras, permeada por distintas identidades, assim como a diversidade é contemplada nesses momentos. Novaes e Alvim apresentam o que consideram como características do movimento de jovens hoje, possibilitando observar o ENUDS e suas peculiaridades de maneira mais ampla, em paralelo a outros espaços de juventude para além do movimento LGBT e movimento estudantil: “Nesse cenário, com todas suas diferenças, os movimentos juvenis do Brasil de hoje compartilham características desta geração de movimentos sociais: a) não há monopólio de ‘representação da juventude’; b) são – ao mesmo tempo presenciais e virtuais; c) suas manifestações públicas são marcadas pela heterogeneidade, permitindo a convivência de coletivos articulados e indivíduos mobilizados; c) são performáticos e fazem das expressões artísticas e culturais uma via para protestos políticos; c) suas pautas buscam articular lutas pela igualdade (direitos econômicos, sociais, ambientais, culturais) com lutas pela diversidade (o direito a ter direitos)”. (NOVAES; ALVIM, 2014 p. 298).

outros espaços, o ENUDS incorpora os temas de debates desses movimentos, por considerá-los importantes e fundamentais, como, por exemplo, temas relativos a políticas públicas, identidade, Estado laico, raça, religiosidade e direitos.

A construção de categorias de diferenciação no ENUDS, com o objetivo de se colocar como âmbito distinto daquele em que se situam o movimento estudantil e o LGBT, reverbera, principalmente, na incorporação do debate com a academia, de modo a desenvolver um espaço híbrido (acadêmico e político). Observando os movimentos que o diferenciam, este debate se estabelece como mais uma disputa, a despeito de ser constitutivo e colaborativo. Assim, começa-se a pensar “o espaço acadêmico como um espaço político”.

ENUDS e o diálogo com a “academia”

De modo geral, o termo “acadêmico” (ou “academia”) apareceu em campo para designar o conjunto de professores e pesquisadores que participam do campo científico que atualmente gira em torno do tema da diversidade sexual e de gênero. O desejo de tornar o Encontro e a “militância da diversidade sexual”²⁶ um lugar de diálogo “acadêmico” e “político” fez com que houvesse uma aproximação maior com grupos de pesquisa das universidades. Isso não se deu sem tensões, uma vez que tal aproximação fez com que aquele Encontro fosse criticado como muito “acadêmico”.

Além disso, o próprio diálogo proposto pelo ENUDS para a “academia” teve sua intensidade modulada ao longo dos anos (LIMA, 2016). Finalmente, nesse diálogo com a “academia” o Encontro distingue certos grupos de pesquisa, professores e debates, compreendidos como “aliados”, de outros, vistos como “oposição”, caracterizados pejorativamente como “academicistas”²⁷. A leitura entre a “academia” “aliada” ou “oposicionista” varia com o decorrer

de cada edição, do contexto histórico situado e dos grupos e coletivos que organizam cada ENUDS.

Deste modo, além de estar e ser criado dentro da universidade, o ENUDS mantém o diálogo com a produção acadêmica como parte constitutiva do Encontro. Se os outros dois pilares – o movimento LGBT e o movimento estudantil – são os âmbitos em contraposição aos quais o ENUDS se articula, a outra ponta do tripé – a academia – modifica o Encontro no sentido de pretender ser um espaço de formação. A inserção da academia no evento ocorre por meio da participação de grupos de pesquisa em sua estruturação. Esse marco se inicia a partir do V ENUDS, em 2007. Entretanto, vale ressaltar que as discussões sobre temas acadêmicos já aconteciam no Encontro desde sua origem, com destaque para o debate sobre “diversidade sexual” *versus* GLBT (FACCHINI, 2005).

Em texto nomeado “Diversidade Sexual, quem és tu?”, escrito por integrantes do KIU!, a noção do que seria diversidade sexual e a relação do ENUDS com o debate acadêmico são sintetizadas:

Desejamos, enquanto militantes e ativistas políticos, assim como estudantes e pesquisadores/as, que outras/os com mais instrumentos e bagagens epistemológicas, teóricas ou até mesmo históricas do que nós, retomem também estas discussões no campo da academia e/ou do ativismo, pois podem, sem dúvidas, colaborar com um conjunto de lutas, pesquisas e organizações em defesa da livre orientação sexual e identidade de gênero. (BENEVIDES et al., 2014)

Os autores afirmam que a “diversidade sexual” teria se tornado mais visível a partir dos anos 2000, “em torno do movimento estudantil universitário”, inspirado na luta pela livre orientação sexual e identidade de gênero. O que chamam de “movimento pela livre orientação sexual e identidade de gênero” se mostra como

26 O termo “militância da diversidade sexual” é utilizado no ENUDS para designar os espaços e atuação política dos grupos e coletivos que o compõem.

27 “Academicista” em geral qualifica aqueles que preconizariam o debate teórico-reflexivo em si, ao invés de relações e reflexões para formulações de pautas políticas. A pluralidade do ENUDS faz com que o próprio Encontro seja muitas vezes acusado de “academicista”.

uma movimentação diversa e conflituosa, pela sua maneira “identitária, política e ideológica”. Assim, os autores aproximam essa definição do que atualmente é chamado de movimento LGBT, o qual tem seu início no desejo de compreender como as identidades homossexuais são construídas (MACRAE, 1990).

Com isso, para os integrantes do KIU! e para grande parte dos enudianos, o movimento LGBT atual seria categorizado como “identitário”, no sentido de que estes estariam preocupados com a natureza e interpretações das sexualidades. Em contrapartida, a “militância da diversidade sexual” acreditaria que quando se é dada somente uma interpretação à sexualidade (ou à homossexualidade) e à sua natureza, fatalmente se omitem outras formas possíveis e igualmente “racional” de compreendê-la, “vivê-la” e inclusive organizá-la politicamente (BENEVIDES et al., 2014).

Apesar do entendimento que se estabelece no campo, a partir de uma leitura dos estudos sobre gênero e sexualidade produzidos no Brasil ou que permeavam as leituras nas universidades brasileiras, o termo “diversidade sexual” passa a ser defendido por compreender que o debate acerca das múltiplas sexualidades seria mais “receptivo” que o movimento LGBT, visto como isolado e fechado nas identidades estabelecidas. Contudo, “diversidade sexual” não é lida como forma de desconstrução do movimento LGBT:

Fazemos também este contraponto pois é importante superar a ideia de que a Diversidade Sexual se afirma para desconstruir ou descontinuar a luta do movimento LGBT. Esta leitura, na nossa opinião, é insuficiente para interpretar as experiências históricas e as contribuições concretas que partiram desta, de suas reflexões e organização, para diversos espaços, instituições e reflexões da vida social em relação às sexualidades. (BENEVIDES et al., 2014).

A ideia de construção de um campo que dialoga com o que é produzido no âmbito político e na academia também implica em refinar os debates já colocados pelo movimento LGBT. Em certa medida, defender o ENUDS

como um espaço de formação e articulá-lo com determinados debates acadêmicos são aspectos organizativos que impulsionam a realização do evento. Por conseguinte, o que aparece no ENUDS como uma “militância da diversidade sexual” seria uma *movimentação*²⁸ para organização e formulação teórico-política. Apesar de o movimento LGBT ter uma história marcada pela relação com a universidade e com a produção e estudos acadêmicos, o ENUDS provoca um estreitamento dos laços entre militância e academia. Tendo em vista os embates e tensões existentes entre esses dois campos atualmente, o diálogo, que o espaço propõe, corresponde a uma experiência de “construção conjunta e (re) criação”.

Em entrevista, Vinicius, que também é um dos autores do texto anteriormente citado, sintetiza a sua concepção sobre “diversidade sexual”:

A gente [Coletivo Kiu!] compreende que ela é um campo que contribui pra muita coisa hoje, e muito por conta do ENUDS [...] eu acho que a diversidade sexual consegue ser um pouco esse guarda-chuva, onde parte de que quem formula academicamente se sente parte, onde parte de que quem está produzindo luta política se sente parte e onde a gente consegue criar minimamente um ambiente mais convergente, dentro, obviamente, das suas contradições e seus conflitos o que é parte de qualquer ambiente democrático e livre (Vinicius, entrevista em 20/01/2015).

Ao longo das várias edições do Encontro, a presença de professores universitários foi recorrente. Principalmente a partir da V edição, a participação acadêmica na organização do ENUDS, com o intuito de utilizá-lo como espaço de formação “acadêmico-política”, torna-se mais forte. A observação do conjunto de grupos de pesquisa, que contribuem para a organização do Encontro, auxilia na perspectiva analítica sobre a afirmação de ser “espaço acadêmico como um espaço de militância”, reivindicada pelo ENUDS. Além disso, olhar para as descrições de cada grupo de pesquisa que participou dos encontros nos oferece ferramentas para investigar quem

28 Uso o termo em acordo com os debates propostos em: Simões; Carrara, 2014 e Carrara, 2013.

seria a “academia”, vista como pilar constituinte do ENUDS.

O Grupo Colcha de Retalhos organizou o V ENUDS em conjunto com o Grupo de Pesquisa SerTão. Segundo a página deste último:

O Ser-Tão é um núcleo de estudos e pesquisas em gênero e sexualidade vinculado à Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. Criado no final de 2006, o Núcleo tem como missão a produção e a divulgação de conhecimentos voltados à promoção da equidade de gênero e à garantia dos direitos sexuais. É composto por professoras/es, estudantes e pesquisadoras/es e por representantes de entidades civis interessados nas áreas de gênero e sexualidade. As reuniões são abertas ao público em geral²⁹.

No VII ENUDS, a organização contou com o apoio do Nuh, grupo de pesquisa da UFMG:

Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da Universidade Federal de Minas Gerais (NUH/UFMG) é um núcleo interdisciplinar vinculado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH). Foi criado em agosto de 2007, no âmbito do Programa Brasil Sem Homofobia, por meio de convênio com a Secretaria Direitos Humanos, e desenvolve atividades de pesquisa, ensino e extensão pautando temas relacionados à gênero, sexualidade e relações étnico-raciais. Nesse sentido, com ações voltadas a combater violações de garantias fundamentais, o NUH/UFMG tem organizado e desenvolvido cursos de formação a profissionais da rede pública de ensino, tanto a partir de recursos do governo federal como em parcerias com a sociedade civil³⁰.

O VIII ENUDS foi o Encontro considerado, por parte dos meus entrevistados, “mais acadêmico”. A organização contou com a participação de dois grupos de pesquisa: o Nudu/UNICAMP e o Pagu:

O Núcleo de Diversidade Sexual da UNICAMP – NuDU reúne um grupo de estudantes ligados a UNICAMP e que discutem diversidade sexual dentro dessa universidade. O grupo se propõe a discutir teorias sociais com foco nas de gênero, desenvolver atividades culturais e articular com outros movimentos sociais e pesquisadores que estudam gênero. Dentre as atividades culturais que já realizamos estão: as paradas de diversidade da UNICAMP de 2006 e 2007; A exposição de fotos e exibição de filmes sobre Homossexualidade e nazismo em 2008; A Semana da diversidade com oficina por trás das palavras, exibição de filme e festa do Babado- a primeira da UNICAMP-2008.³¹

Já o Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu:

Integra o Sistema COCEN (Coordenadoria de Centros e Núcleos) vinculado à reitoria da Universidade Estadual de Campinas, que congrega 21 centros e núcleos interdisciplinares. A institucionalização do Pagu (1993) foi resultado do trabalho de pesquisadoras inseridas em campos disciplinares distintos que buscavam dialogar com as teorias feministas e de gênero. A interdisciplinaridade, marca das pesquisas realizadas no Pagu, ramifica-se pelas diversas vertentes da problemática associada ao conceito de gênero – sociais, econômicas, antropológicas, históricas, políticas.³²

Além desses grupos de pesquisa, as edições seguintes também tiveram a presença de núcleos de pesquisa em direitos humanos, gênero, sexualidade e temas afins. Apesar de saber da presença dos grupos de pesquisa na organização dos IX, X e XI ENUDS, os nomes dos mesmos não entraram na programação, nem nos cartazes de divulgação aos quais tivemos acesso.

No XII ENUDS, em Mossoró/RN, o coletivo Divergen organizou o evento em conjunto e com apoio do Gedic/UFERSA:

O Grupo de Estudos em Direito Crítico, Marxismo

29 Disponível em: <<https://www.sertao.ufg.br/p/166-quem-somos>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

30 Disponível em: <http://www.gdeufmg.com.br/gde_ufmg/index.php/sobre-o-gde/sobre-o-nuh>. Acesso em: 20 nov. 2015.

31 Disponível em: <<http://orkut.google.com/c57305918.html>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

32 Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/pt-br/o-pagu>>. Acesso em: 20 nov. 2015

e América Latina visa estimular a pesquisa e a extensão popular, problematizando os direitos humanos, as questões e identidades referentes à América Latina e a relação da Universidade junto a movimentos sociais e grupos historicamente excluídos. Partindo de referenciais marxistas e freireanos, o grupo atua no Semiárido potiguar e é composto por professores do Direito, da Ecologia, estudantes da UFERSA, além de advogad@s, compondo, também, a Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares³³.

O diálogo com a academia já gerou certos tensionamentos sobre a natureza do Encontro. No VIII ENUDS, por exemplo, surgiu uma discussão sobre como a teoria *queer*, reflexão advinda do “âmbito acadêmico”, impactaria o Encontro. Percebe-se, contudo, que o Encontro se entende como uma experiência de formação e que, logo, reúne pessoas que se aproximam ou se afastam de determinados temas, sem precisar se tornar *queer*, ou melhor, sem corresponder a alguma corrente teórica (“identitário”, “não-identitário”, marxista, ou qualquer linha político-teórica). Entretanto, fica claro que, devido às suas dinâmicas e transformações históricas, incluindo a inserção de perspectivas teóricas e reflexivas vislumbradas nos debates de GDTs (transfeminismo, etc.), o ENUDS sofre modificações continuamente.

Diferenciar-se, contrariar, ser um campo de formação: o ENUDS, concomitantemente, modifica e questiona tanto a produção acadêmica, quanto o debate político que, muitas vezes, são excludentes entre si. Afinal, o diálogo com a academia está pautado por ser o ENUDS um espaço de formação em que se misturam “experiências”, “debates políticos” e “debates acadêmicos”. Na entrevista com Vinicius, surge uma formulação que sintetiza o significado de se projetar com um espaço “acadêmico/político”:

[...] o saber que o movimento acumulou não é menor que o saber que a academia acumula. São saberes que estão circulando a partir de locais diferentes, mas tem contribuições super importantes, tanto na luta política quanto nas suas reflexões filosóficas para

que a gente pense enquanto horizonte de liberdade sexual, revolução sexual, seja lá como a gente queira apontar (Vinicius, entrevista em 20/01/2015).

Considerações Finais

No cenário posto, as disputas com o movimento estudantil, o distanciamento e crítica ao movimento LGBT, a aproximação com a “academia”, as aproximações e tensões com outros movimentos sociais e a relação com a universidade são os componentes essenciais que permeiam a realização das doze edições analisadas. Enfim, a análise das categorias que surgem no ENUDS evidenciou o quanto são tênues e flexíveis os limites e linhas de demarcação entre academia e movimento social.

O intenso processo de transformação e diferenciação apresentou o ENUDS como um complexo espaço político relacional e contextual. Ou seja, as formas de organização do Encontro, que aparecem a cada edição, através dos “grupos” e “coletivos”, são resultados da interconexão com os atores sociais que o precedem: movimento estudantil, movimento LGBT e academia. Assim, a trajetória do Encontro mostra-nos como que em diferentes contextos históricos são criados modelos de diferenciação e demarcação em relação a certos “outros”. Tais diferenciações se manifestam de inúmeras formas e sua análise orientou-se a partir de determinadas categorias que emergiram no campo. Nesse sentido, as categorias como “estudantil/universitário”; “ativista/militante”; “grupo/coletivo”; “institucionalizado/não-institucionalizado” e “horizontalidade” foram evocadas no decorrer das edições e utilizadas pelas organizações e sujeitos que compõem o espaço como meio de diferenciar-se.

As relações plurais do ENUDS demonstram que os conflitos não se limitam às formas de organização política. Assim como os encontros do movimento estudantil, congressos e conferências, os ENUDS derivam de uma grande articulação entre diferentes grupos e coletivos, que levam para o mesmo projetos e percepções políticas

33 Disponível em: <https://www.facebook.com/gedicmal/info/?tab=page_info>. Acesso em: 20 nov. 2015

diversas. Dada essa pluralidade, a possibilidade de reunir diferentes grupos e atores está frequentemente interligada ao reconhecimento de um inimigo comum a que todos se oporiam. Contudo, a articulação contra um antagonista aparece sempre ameaçando uma desunião, gerada por aqueles que podem apoiar o inimigo, ou, nas palavras do campo, se tornar “cooptado” ou “academicista” (CENTELHAS, 2015).

Por fim, afirmar que os ENUDS são espaços de diálogo e articulação não nega as disputas e tensões. O desejo de diferenciar-se dos movimentos que o constituem faz do ENUDS um encontro onde as articulações e diálogos se mantêm no nível da “troca” e da “formação” e não na formatação de pautas conjuntas, como nos movimentos estudantil e LGBT. Arriscaria dizer também que o desejo de diferenciar-se conforma o ENUDS como um espaço de formação e, por ser de formação, como um espaço de aprendizagem. Esse sentido formativo, acionado constantemente pelos enudianos, é envolto por definições de um lugar que, também, carrega sentimentos, desejos, nostalgias e revolta que conformam e recarregam para atuação e continuidade na vida política³⁴.

Referências

AGUIÃO, Silvia. *Fazer-se no “Estado”: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo*. [Tese de Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: PPGCS/IFCH/UNICAMP, 2014a.

_____; VIANNA, Adriana; GUTERRES, Analise. Limites, espaços e estratégias de participação do movimento LGBT nas políticas governamentais. In: HEREDIA, Beatriz; LEITE LOPES, José Sergio (Orgs.). *Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação: burocracias, confrontos, aprendizados inesperados*.

Rio de Janeiro: CBAE, 2014.

BENEVIDES, Rebeca et, al. *Diversidade Sexual: quem és tu?*. 2014. Disponível em: <http://www.farofadigital.com.br/diversidade-sexual-quem-es-tu/>. Acesso em 26 fev.2014.

BRASIL, Presidência da República Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Texto-base da conferência nacional de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais - Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília, Aprovado pela Comissão Organizadora, 2008.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003 [1990].

CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. *Cadernos PAGU*, Campinas-SP, n. 28, pp. 65-99, 2007.

_____. *Négocier les frontières, négocier aux frontières: l’anthropologie et le processus de “citoyennisation” de l’homosexualité au Brésil*. Brésil(s). *Sciences humaines et sociales*, v. 4, pp.103-123, 2013.

CENTELHAS, Marcela. *Construindo encontros: Movimentos sociais, Rituais e Política*. [Dissertação de Mestrado] Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: MN/UFRJ, 2015.

ENUDS. *Ata da Plenária Inicial do XI Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual*. Mossoró/RN, 2014.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letras?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas*

34 Dessa forma, o corpo e as emoções aparecerem em campo como uma fonte principal de acionamento da produção de narrativas da diferença, constituindo um terreno fértil, para reelaboração da política identitária contemporânea. Assim, o ENUDS apresenta-se em conexão com outros espaços do movimento social contemporâneo, como a Marcha das Vadias, coletivos negros universitários, coletivos de jovens feministas, entre outros. Para uma análise das relações entre corpo, emoções e experiência no ENUDS, ver: LIMA, 2017.

- nos anos 1990. Rio de Janeiro, Guaramond, 2005. _____; DANILIAUSKAS, Marcelo; PILON, Ana Cláudia. “Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 44, n. 1, pp. 161-193, 2013.
- GOHN, Maria. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, v.16, n. 47, maio-ago, 2011.
- GRUN, Roberto. Escândalos, tsunamis e marolas: apontamentos e desapontamentos sobre um traço recorrente da atualidade. *Rev. bras. Ci. Soc. [online]*. 2011, vol.26, n.77, pp. 151-174. ISSN 0102-6909.
- HEILBORN, Maria Luiza. Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. In: PARKER, Richard e BARBOSA, Regina Maria. (orgs.) *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, pp.136-145, 1996.
- LEITE, Vanessa. “Impróprio para menores”? *Adolescentes e diversidade sexual e de gênero nas políticas públicas brasileiras contemporâneas*. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- LIMA, Stephanie. “As bi, as gay, as trava, as sapatão tão tudo organizada pra fazer revolução!” *Uma análise sócio-antropológica do Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDS)*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.
- _____, Stephanie. Os limites da “experiência” e da “liberdade” no Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDS). *Sexualidad, Salud e Sociedad*, Rio de Janeiro, 2017a.
- _____, Stephanie. “Atura ou Surta!”: articulações entre raça, gênero, sexualidade na ação política do movimento universitário. *V Congresso Asociación Latinoamericana de Antropología. ST Relaciones Raciales y de Género: Identidad, Interseccionalidad y Movimientos Sociales*. Comunicação Oral, 2017b.
- MOTA, Leonardo. Os movimentos sociais na crise financeira global: questões e polêmica. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, Vol. 49, N. 3, p. 288-296, 2013.
- LOPES, Luiz Paulo. Os novos letramentos digitais como lugares de construção de ativismo político sobre sexualidade e gênero. *Trab. linguist. apl. [online]*. 2010, vol.49, n.2, pp. 393-417. ISSN 0103-1813.
- MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.
- NOVAES, Regina; ALVIM, Rosilene. Movimentos, redes e novos coletivos juvenis. Um estudo sobre pertencimentos, demandas e políticas públicas de juventude. In: HEREDIA, Beatriz; LEITE LOPES, José Sergio (Orgs.). *Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação: burocracias, confrontos, aprendizados inesperados*. Rio de Janeiro: CBAE, 2014.
- SIMÕES, Julio; CARRARA, Sergio. O campo de estudos socioantropológicos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil: ensaio sobre sujeitos, temas e abordagens. *Cadernos PAGU*, Campinas-SP, n. 42, pp.75-98, 2014.

